



Conclusões

Ampliando o cânone: políticas e estratégias

... esse 'outro lugar' [da teoria radical] não é um distante e mítico passado, nem uma história de um futuro utópico: é o outro lugar do discurso aqui e agora, os pontos cegos, o space-off de suas representações. Eu o imagino como espaços nas margens dos discursos hegemônicos, espaços sociais entalhados nos interstícios das instituições e nas fendas e brechas dos aparelhos do poder-conhecimento.

Teresa de Lauretis (1994, p. 237)

CONTENÇÃO

Como venho argumentando desde o terceiro capítulo, as autoras feministas – que, de diversas posições e áreas disciplinares das ciências e humanidades (e algumas também como escritoras “livres” e ativistas sem vínculos formais com a academia), se uniram, intencionalmente ou não, na tarefa de revisão do pensamento masculinista hegemônico – elaboraram grandes desafios para as ciências humanas. Seu trabalho teve profundo impacto na teoria social e colocou em pauta a reformulação das “grandes narrativas” (a partir da exigência de incluir nelas as experiências das mulheres), assim como também em muitos momentos alinhou-se às críticas epistemológicas, elaboradas em outros espaços, que questionavam a validade das pretensões universalistas a partir das quais tais narrativas foram inicialmente escritas. Ele contribuiu ainda para a criação de uma tendência geral de maior reflexividade sobre as condições nas quais os discursos são produzidos, assim como inseriu novos conceitos no léxico da teoria social contemporânea, o que está evidente nos trabalhos de teóricos que realmente abraçaram a teoria feminista, como Stuart Hall e Homi Bhabha.

Também trouxe mudanças na sociologia: como tentei mostrar no quarto

capítulo, no processo de revisão da teoria sociológica que ocorre desde o final dos anos 60, há um diálogo crescente com a teoria feminista, às vezes de forma mais direta, por meio da leitura e discussão de suas autoras, outras vezes de maneira indireta, pela incorporação da obra delas – traduzida e reapropriada – por autores “simpatizantes”. É claro que, no último caso, isso muitas vezes traz problemas de interpretação, além da “invisibilização” das autoras feministas – que é, em si, um problema que merece mais discussão (e, com certeza, de algumas medidas práticas que vou sugerir mais adiante). Tal situação acontece, como tentei mostrar, com a forma pela qual os “sociólogos mestres” da atualidade, em maior ou menor grau, vêm incorporando na sua concepção da modernidade as contribuições articuladas pela teoria feminista.

O principal problema que notei na discussão desses autores é a forma seletiva de apropriação da teoria feminista, que acaba facilitando a *contenção* de sua contribuição a determinadas áreas. Felski deixa isso claro quando especifica o ingresso da teoria feminista no discurso sobre a modernidade:

Hoje é obvio para muitos estudiosos que a história da modernidade vincula-se intimamente às concepções cambiantes de corpo e sexualidade, o papel importante das mulheres na cultura mercantil e os significados com especificidade de gênero das emoções, os afetos e a esfera privada. Mas trinta anos atrás, quase ninguém percebia isto. Simplesmente não se enxergavam estes fenômenos culturais, porque não havia esquema explicativo disponível para torná-los significativos ou interessantes. (2000, p. 26; tradução minha)

No entanto, como já argumentei, o trabalho da teoria feminista contribui com elementos para a compreensão de dimensões da experiência moderna histórica e teoricamente tidas como “masculinas”, como por exemplo a política institucional e a formação do Estado-nação (cf. Pateman, *op. cit.*; Yuval-Davis, *op. cit.*)²³³; no estudo destas dimensões – para as quais a relevância da perspectiva feminista é aparentemente mais difícil de perceber, embora o *framework* para pensá-la já existe – a incorporação do instrumental conceitual feminista prossegue de forma muito mais lenta.

É inegável, como diz Bhavnani (1996) referindo-se particularmen-

²³³ Cf. também a ausência da perspectiva feminista na recente coletânea produzida pelo Instituto Internacional de Sociologia (2002), que promove uma revisão do conceito sociológico da modernidade por meio de temáticas macro-sociológicas específicas: “modernidades múltiplas”, “globalização”, “*the declining accountability of the State*” etc.

te à sociologia norte-americana, o grande impacto das idéias feministas e sua relativa legitimidade – legitimidade conquistada pela identificação de muitas mulheres com seus argumentos e também pela forma pela qual se vinculou ao movimento maior de revisão dos pressupostos e conceitos da teoria social a partir dos anos 60. Isto pode – e deve – se tornar antecedente de mudanças mais fundamentais ou profundas. Porém, o problema que notamos em relação à forma pela qual autores como Giddens e Touraine incorporam a contribuição feminista se reproduz como tendência geral. É o que Susan Bordo (2000) discute em relação à teoria social contemporânea, quando sugere que o feminismo continua de certa forma sendo seu grande *outro*: permanece a tendência de mantê-lo no *gueto*, isto é, nas áreas de interesse específico.

O fato de isso ser aparentemente tão fácil e eficaz sugere que talvez seja o principal mecanismo pelo qual atualmente se perpetua sua marginalização. Quão fácil é, por um lado, acrescentar a uma lista de disciplinas ou cursos de graduação ou pós, disciplinas específicas sobre gênero ou sexualidade? E, mais, quão difícil convencer nossos colegas da importância de garantir que as grandes autoras feministas sejam lidas por todos os alunos, incluindo aqueles que por opção não farão as nossas disciplinas específicas? Através das muitas leituras feitas, da minha própria experiência na academia e das muitas discussões das quais venho participando sobre a inserção dos estudos de gênero e da teoria feminista no Brasil, percebo que, apesar das diferenças de contexto e história, os problemas nesse sentido são muito parecidos.

DISCIPLINARIDADE

Outra das minhas conclusões, em relação às dificuldades da recepção da teoria feminista dentro do campo específico da sociologia, diz respeito ao problema da constituição e manutenção das fronteiras disciplinares – fronteiras ainda bastante policiadas, apesar de uma tendência relativa de crescente diálogo transdisciplinar e de constituição de novos campos inter ou multidisciplinares, como os estudos culturais e a própria teoria feminista/*women's studies*. Atuamos num mundo acadêmico ainda muito estruturado em torno de divisões disciplinares estabelecidas no final do século XIX e início do século XX (cf. Stacey e Thorne, 1996). Tais divisões ainda agem no sentido de reproduzir um antigo elenco de autores canônicos e restringir em cada área o tipo de questões que devem ser abordadas ou privilegiadas, sem falar das disputas pelo poder e espaço que parecem tão difíceis de eliminar e que tão frequentemente

ocorrem entre representantes de disciplinas que, embora muito compartilhem, se encontram competindo por recursos acadêmicos cada vez mais escassos.²³⁴

Nesse contexto, o fato de que muitas das contribuições feministas mais impactantes e influentes foram produzidas por autoras com inserção acadêmica em campos como história, filosofia e teoria literária não deixa de ser uma complicação: a utilização da sua obra dentro de disciplinas e programas acadêmicos na área da sociologia depende da aceitação da prática de “cruzar fronteiras”, assim como de uma disposição para contemplar a modificação do “cânone” sociológico, clássico ou contemporâneo²³⁵. Considero isso um problema particularmente pertinente no meio acadêmico da sociologia no Brasil atual, onde parece prevalecer um grande apego à visão clássica.²³⁶

Seria possível tomar uma posição parecida com a das teóricas feministas norte-americanas Barrie Thorne e Judith Stacey, que foram participantes fundamentais de um longo debate sobre a “revolução que não ocorreu” na sociologia (cf. Capítulo 4). Inicialmente, elas defendiam arduamente a plena incorporação das contribuições feministas à disciplina, assim como um esforço redobrado de ir “além da crítica dos autores clássicos” para a reconstrução do corpo teórico da disciplina (Stacey e Thorne, 1985, p. 312). No entanto, recentemente, sua posição mudou; em lugar de defender um projeto da revisão da sociologia como disciplina, argumentam em prol de uma abertura da própria sociologia, num sentido “pós-moderno”, pós-disciplinar (cf. Stacey, 1997; Stacey e Thorne, 1996). Ou seja, elas se dizem hoje mais preocupadas com mudanças a partir de um novo lugar *fora da disciplina* da sociologia do que com uma “revolução não ocorrida” nessa área.

Embora eu compartilhe de sua preocupação com a abertura da sociologia, acredito que ainda é cedo para o abandono total da divisão disciplinar, que

²³⁴ Infelizmente, isso parece estar na raiz dos sentimentos de competição e antagonismo que vejo se reproduzindo com certa frequência entre sociólogos e antropólogos num momento que o mundo em que vivemos poderia ajudar a produzir cada vez mais colaboração e convergência – de interesses teóricos e de objetos empíricos.

²³⁵ Ainda mais difícil do que convencer muitos sociólogos à incorporação de um Foucault ao “cânone contemporâneo” da sociologia, seria fazer incluir como *clássico* da área o livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, mesmo que o segundo volume, que fornece um estudo *fenomenológico* da “condição feminina”, se insira numa tradição metodológica amplamente aceita por seus méritos sociológicos.

²³⁶ Esta discussão foi compartilhada com a Dra. Bila Sorj, na entrevista que ela me concedeu e cuja temática tratava de sua experiência como socióloga e estudiosa das relações de gênero no contexto acadêmico brasileiro.

é pelo menos uma leitura possível dos seus argumentos, como tentarei explicar a seguir. A meu ver, um apego muito grande a qualquer campo disciplinar convencionalmente estabelecido torna-se uma limitação enorme para a ampliação do cânone, forjados como esses campos disciplinares são num recorte de textos e autores “fundantes”, o que estabelece as preocupações e fronteiras a partir daí. Considero interessante a formulação feita por Anthony Giddens, quando reconhece o caráter político e “imaginário” das fronteiras entre as disciplinas numa passagem na qual – indo no bojo da crítica pós-colonial e do conceito de Benedict Anderson (1983) que se tornou tão importante para ela, o de nações como “comunidades imaginadas” – as compara com as fronteiras entre as nações: construídas e não “naturais”.

O processo através do qual as disciplinas se legitimam envolve a criação de “pais fundadores” e mitos de origem que lhes permitem estabelecer e delimitar tais fronteiras.²³⁷ Se bem que não sejam arbitrárias, também não pertencem a uma história “natural”; se, como afirma Giddens, os autores considerados como “os fundadores” e, portanto, os “clássicos” da sociologia o são porque “ainda nos falam numa voz que consideramos relevante”, outros autores e autoras também poderiam estar ao lado deles.²³⁸ Isso, como ele mesmo diz, é uma questão política e não haveria motivo algum pelo qual um olhar atual, a partir de novas agendas culturais, intelectuais e políticas, não poderia ou deveria modificar o elenco dos autores consagrados.

A socióloga feminista indiana Vineeta Sinha (op. cit.) faz uma série de questionamentos interessantes relativos ao *status* do cânone e o viés histórico que comporta. Primeiro, ela aponta para a questão que autoras feministas como Lauretis, Barrett, Thorne e Stacey e outras também levantaram,

²³⁷ Todas as disciplinas têm seus fundadores porque estes fazem parte dos seus mitos de origem. As divisões entre as disciplinas não são mais naturais do que as que separam os países no mapa. Cada disciplina intelectual reconhecida já passou por um processo de auto-legitimação pouco diferente daquele que funda as nações. Todas as disciplinas têm suas históricas fictícias, todas são comunidades imaginadas que invocam mitos do passado como meios para mapear seu próprio desenvolvimento e unidade internos, e também desenhando as fronteiras que as separam das disciplinas vizinhas. (p. 5; tradução minha)

²³⁸ Num artigo interessante que enfoca suas próprias experiências de tentar ampliar o cânone da sociologia a fim de superar seu viés andro e eurocêntrico, a socióloga indiana Vineeta Sinha (2001), atualmente professora da Universidade Nacional de Singapura, argumenta em prol da inclusão do estudo de Harriet Martineau (1802-1876) como a “primeira socióloga mulher”.

sobre a natureza dos “discursos alternativos” (ou seja, em que medida eles são realmente diferentes dos discursos dominantes), e afirma que ainda não sabemos como seria (mas continuamos tentando construir) uma narrativa não androcêntrica e não eurocêntrica para as ciências sociais “no seu conjunto”.

Segundo, esta tentativa de construção pressiona nas fronteiras das disciplinas estabelecidas, pois o desafio de incorporar a voz feminina, num sentido histórico, nos leva necessariamente para além dos gêneros discursivos comumente pensados como “sociológicos” ou “teóricos”: o domínio das ciências sociais esteve inicialmente fechado para elas, fazendo com que procurassem outros campos de expressão, particularmente na literatura (pp. 89-90). Qualquer apreciação séria da contribuição dessas escritoras – ou do “pensamento indígena” da mesma época, como os estudos pós-coloniais defendem – já implica um deslocamento ou relativização do pensamento fixado na disciplinaridade.

As discussões aqui feitas certamente problematizam as fronteiras estabelecidas entre a sociologia, a teoria feminista e outros campos da teoria social contemporânea. Na minha avaliação do que ocorre no encontro entre uma área e outra, tais fronteiras emergem como um fator que muitas vezes põe obstáculos às trocas necessárias entre os discursos que estão sendo elaborados em campos disciplinares diferentes.

Por outro lado (e aqui estabeleço minha concordância apenas parcial com Stacey e Thorne), é ainda importante que não se abandone a batalha do dia-a-dia de dentro dos campos disciplinares estabelecidos (Burawoy, 1996, p. 5), pois como Burawoy (*idem*), Smith (1996) e Bhavnani (1996) assinalam no seu debate com Stacey e Thorne, abrir mão do trabalho crítico num campo ainda não tão profundamente “revolucionado” pode significar o abandono de áreas de pesquisa, novos descobrimentos e revisões de conceitos (construídos como “especificamente sociológicos”), assim como deixar uma nova geração de alunos de sociologia sem um instrumental feminista para examinar – elas e eles mesmos – o que vem de uma herança mais específica desta área disciplinar.²³⁹

Talvez ainda seja conveniente esclarecer que a crítica do cânone da qual a teoria feminista participa não significa a rejeição contundente do conhecimento produzido pelos paradigmas anteriores. Susan Bordo (2000), num texto citado acima, comenta a hostilidade com que a crítica feminista costuma ser recebida quando sugere que os autores canônicos não sejam necessariamente os únicos

²³⁹ A discussão sobre os méritos e problemas de um “olhar interdisciplinar” em si ou de como desenvolver novas metodologias para implementá-lo merece uma atenção especial que foge do escopo desta tese, embora seja nela sugerida.

dignos de tal consagração. Porém, trata-se claramente de uma crítica que convida para a releitura (e não o “abandono” ou a “rejeição”) do cânone, confrontando suas obras fundamentais com a produção que, particularmente nas últimas décadas, vem sendo elaborada a partir de outras posições de sujeito.

Jane Flax (1990) enfatiza a importância de se colocar diversas perspectivas em diálogo (no caso específico, ela fala da psicanálise, da teoria feminista e da filosofia pós-moderna) e adverte que não se trata de fazer uma “nova síntese” dessas perspectivas para desenvolver uma nova perspectiva unificadora, que representaria de novo um silenciamento de diferenças e tensões criativas. Sua perspectiva nesse sentido se assemelha também a de Michèle Barrett, que aponta para as complexidades das relações de saber/poder e sugere um esforço no sentido de se reconhecer que o conhecimento resulta de *plural, constructed heritages* (1991, p. 164) em vez de zelar pela preservação das velhas tradições ou erigir novos sujeitos privilegiados.

Barrett lembra também que não são apenas as disciplinas prestigiosas tradicionais que acionam mecanismos de “policimento disciplinar” para defender sua territorialidade, mas que isso pode e, de fato, algumas vezes acontece com as disciplinas novas radicais, talvez mesmo nas áreas “não disciplinares” como a teoria feminista ou os estudos culturais.

ESTRATÉGIAS

Conforme o “diagnóstico” acima, gostaria de também oferecer algumas estratégias. Sugiro, em primeiro lugar, um esforço redobrado para sair do espaço relativamente confortável da nossa “área específica” dos estudos de gênero. Isso implica teoricamente num redobrado trabalho de engajar a teoria feminista com o antigo e novo “cânone” da sociologia e da teoria social. Pode talvez ser pensado nos termos da *tradução* cultural (cf. discussão no Capítulo 5): investir na *tradução* entre perspectivas, com as trocas, apropriações e re-significações que isso implica, como acontece quando as autoras feministas “traduzem” os autores conhecidos para uma linguagem de gênero, fazendo uma leitura da obra deles que coloca em evidência o subtexto de gênero que raras vezes eles explicitam. Ou, também, quando se estabelecem novas trocas entre os estudos pós-coloniais e a teoria feminista, a partir de um projeto comum de incorporar as experiências de *sujeitos anteriormente excluídos* nas teorias sobre a modernidade e a pós-modernidade.²⁴⁰

²⁴⁰ Há, no sentido mais literal, um problema comum ao nosso meio acadêmico brasileiro: o de políticas e recursos para a tradução, o que dificulta que textos feministas fundamentais – os “clássicos” e os mais atuais – produzidos noutras línguas e noutras partes

Em segundo lugar (num sentido talvez mais prático), significa ir intencionalmente à procura de novos interlocutores, fazendo questão de frequentar os espaços (apresentar trabalhos, debater em seminários e congressos etc.) onde as obras fundamentais da teoria feminista ainda não são discutidas. Parece-me que às vezes dedicamos tanta energia à criação de um espaço próprio para a discussão de idéias e trabalhos feministas que esquecemos da necessidade de inserir esse trabalho em outros espaços onde estão se discutindo os “assuntos gerais” da nossa área disciplinar. Claro que considero muito importante continuar a cuidar dos nossos espaços próprios – feministas ou dos estudos de gênero – onde encontramos não apenas solidariedade mas também muitas vezes as nossas melhores críticas. Porém, publicar e apresentar trabalhos nos espaços mais *mainstream* também é fundamental, assim como acrescentar nossas autoras sempre que possível no currículo básico dos cursos de graduação e pós-graduação: é isto que vai permitir que a teoria feminista dispute seu espaço ao lado dos trabalhos “canônicos” no dia-a-dia do trabalho acadêmico.

Em terceiro lugar, podemos dar mais atenção ao problema da disciplinaridade. Para as feministas que trabalham na sociologia, procurar uma convivência mais intensa e explícita da tradição sociológica com outras áreas disciplinares das ciências humanas provavelmente venha a fortalecer muito nosso trabalho, produzindo perspectivas mais polifônicas de análise da sociedade contemporânea em conjunto com outros e outras com os mesmos interesses. Isso não significa negar a especificidade dos diversos “olhares” disciplinares: o fôlego “metateórico” da sociologia, a sensibilidade etnográfica da antropologia ou o desenvolvimento de instrumentos sofisticados e complexos para decifrar textos e compreender os processos de significação que vêm da crítica literária e da semiótica, entre outros exemplos. Significa sim fomentar o trânsito entre as áreas, policiar menos as fronteiras e tentar “desconstruir” as disputas por espaços e poderes dentro do mundo acadêmico que impedem o crescimento do diálogo.

O espírito das tarefas que proponho é de reflexão sobre o grande trabalho de revisão nas ciências humanas (no qual os “novos movimentos sociais”

do mundo sejam amplamente conhecidos. Por sua vez, isso trabalha para invisibilizar a forma pela qual as idéias feministas são incorporadas na sociologia contemporânea – em autores como Bourdieu, Touraine e Giddens – quando estes autores são lidos em lugares e contextos nos quais as pessoas têm relativamente pouco acesso às obras feministas principais produzidas entre os anos 70 e 90 (como é o caso aqui, principalmente no que diz respeito à circulação de material em língua portuguesa acessível aos alunos da graduação).

tiveram um efeito relativamente direto sobre a vida acadêmica), colocando em pauta a releitura de teorias clássicas que muito evidentemente não estavam “dando conta” dos novos atores e temas que surgiram no cenário político e social. A trajetória da perspectiva feminista na sua árdua e inacabada viagem – os avanços, os empecilhos – “das margens ao centro” (Hooks, 1984) tem tudo a ver com esse inusitado momento histórico. Ela contribui junto com outras perspectivas para o que considero uma desestabilização em princípio bastante “saudável” do cânone – desestabilização esta que abre as fronteiras disciplinares para a incorporação mais integral de “outras vozes” e experiências sociais e históricas diversas e coloca as contribuições e temáticas clássicas em diálogo com estas últimas. Desestabilização que também significa que algumas vezes uma perspectiva “antiga” pode perder seu poder explicativo.

É nesse sentido que Michèle Barrett (1999) parece sugerir uma sociologia mais “pós-moderna”²⁴¹: uma sociologia que reconhece sujeitos plurais e exige mais reflexão sobre a própria “posição de sujeito” a partir da qual suas praticantes pensam, mas sem se afastar dos processos “práticos” de mudança social, principalmente na resistência ao poder que se reproduz no nosso cotidiano e inclusive no próprio meio acadêmico. Nesse sentido, a sociologia do século XXI estaria incorporando “o melhor” do momento pós-moderno e se tornaria também cada vez mais “feminista” e mais “pós-colonial”.

²⁴¹ Como várias autoras feministas que trabalhei aqui (cf. Felski, 2000, entre outras), Barrett (1999b) reconhece as tensões entre a teoria feminista contemporânea – nas suas diversas vertentes – e a perspectiva pós-moderna, isto é, problematizado de forma eloqüente no seu ensaio “As palavras e as coisas: materialismo e método na análise feminista contemporânea”.

